

## Saúde do Trabalhador está acima das tendências político- partidárias do sindicalismo

### EDITORIAL

É natural e salutar, no âmbito da democracia brasileira, as tendências político-partidárias assumidas pelos sindicatos de trabalhadores. Elas refletem as escolhas políticas da sociedade no espectro de forças em disputa e vinculação sindical, enquanto instituição, com os partidos políticos na arena dos embates. Divergências ideológicas fazem parte das escolhas, mas o que ressalta nas disputas eleitorais sindicais são, principalmente, as articulações que se fazem na arena partidária para melhor representarem os trabalhadores das bases. Dessa forma, os partidos políticos buscam as organizações sindicais para reforçarem suas possibilidades de representação parlamentar e, por sua vez, os sindicatos se aliam aos partidos para melhor se desincumbirem de sua missão. E qual a sua missão? Desde sempre, desde o primeiro sindicato de trabalhadores da forma como hoje entendemos o sindicalismo, criado na Inglaterra, em 1825, a missão era representar os trabalhadores na sua luta sempre desigual contra o capital e o poder econômico. Não se pode dizer que as tendências político-partidárias, pouco a pouco assumidas pelos sindicatos ainda no decorrer do século XIX, deixaram de unir o sindicalismo na luta contra a exploração pelo capital. Divergências ficavam por conta do tempo, das estratégias e do alcance da luta. Somente com a ‘pacificação’ da luta contra o capital, proposta pelo Papa Leão XIII em 1890, com a Encíclica Rerum Novarum, conclamando à criação dos sindicatos católicos (depois chamados de amarelos) é que houve uma mudança mais radical das posições sindicais na luta contra o capital. Mas, mesmo assim, a missão sindical não deixou de continuar a defender os interesses dos trabalhadores!

### Nesta edição

Editorial – Saúde do Trabalhador está acima...	1
Entrevista – Paulo Pena	2-4
Artigo do mês – Valdinei Santos de Aguiar Jr.	5
Perfil – Cristina, Simone e Luana – Sintuperj	6
Informes	7

É claro que, muitas vezes, em nome da defesa dos trabalhadores, os sindicatos, por motivações diversas, acabam defendendo também os interesses do capital. Mas a missão não deixa de ser a mesma. O que deixa de existir é o cumprimento da missão por alguns dirigentes sindicais. O que decorre daí é a luta na própria base sindical para manter ou mudar o *status quo*. Com essas características sabemos que nestes quase duzentos anos de sindicalismo, o capital continua vencendo o conflito com o trabalho, mas não podemos desconhecer as grandes e inúmeras vitórias do sindicalismo na sua história tantas vezes sangrenta:

*“Desde sempre, desde o primeiro sindicato de trabalhadores da forma como hoje entendemos o sindicalismo, criado na Inglaterra, em 1825, a missão era representar os trabalhadores na sua luta sempre desigual contra o capital e o poder econômico.”*

jornada de trabalho, folga semanal, hora extra, férias, aposentadoria, enfim, direitos trabalhistas e previdenciários. Mas tem uma coisa que o sindicalismo, de qualquer tendência político-partidária, perdeu, está perdendo e perderá se não se unir, sobrepujando as diferenças: a saúde do trabalhador. Daí, divergências político-partidárias nas diretorias sindicais e junto às bases serem inadmissíveis quando o tema é saúde do trabalhador. Adoecer e morrer no trabalho está acima dessas escolhas. Lutar contra isso é a única escolha! ■ ■ ■

## A fala da Saúde do Trabalhador

### Paulo Pena

**Paulo Gilvane Lopes Pena é médico, formado em 1980 pela Universidade Federal da Bahia - UFBA). Doutor em Sócio-Economia do Desenvolvimento - École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris (1999) e Pós-doutor pela ENSP/Fiocruz (2009). Pena é professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFBA e um dos precursores da saúde do trabalhador no Brasil, sendo fundador e primeiro coordenador do CESAT – Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador da Bahia, em 1986.**



**FIS** – Como vê o panorama da saúde do trabalhador (ST) no Brasil, hoje?

**Pena** – Considero difícil apresentar esse panorama. Esta é uma tarefa coletiva, para muitos estudiosos e participantes da ação social na luta centrada no trabalho, capaz de promover a saúde e proteger o ambiente para que floresça a vida! São conhecidas análises da situação da crise econômica e política da atualidade e, neste sentido, tecerei alguns aspectos que pouco se discutem para a reflexão atual com as mutações tecnológicas. Há um paradoxo entre a crise conjuntural e estrutural do capitalismo, com repercussões destrutivas e dramáticas no trabalho e ambiente e a emergência de revoluções tecnológicas que transmutam modos de viver e trabalhar. A antropologia da técnica e teorias do campo das ciências da computação indicam a possibilidade da inteligência artificial superar a inteligência natural nas próximas décadas. A isto se somam os avanços da biologia molecular e a perspectiva futura da emergência da transgenia humana, além da vegetal e animal já em difusão no planeta (soja, milho, salmão etc.). O Museu do Homem de San Diego (EUA), ao final da exposição, constrói cenários para uma era pós-humana que se aproxima: a inteligência artificial com seres robóticos e autônomos; seres humanos transgênicos; e *cyborgs* - a associação das duas tendências -.



Essa reflexão, que não é ficção, traz elementos para entender o que se passa na realidade atual no mundo do trabalho. Um exemplo pode ser a “uberização do trabalho”, em artigo recente no “Le Monde Diplomatique”. Trata-se de processo de trabalho imaterial de produção de softwares (inteligência artificial) que leva à desregulamentação extrema do trabalho, impondo novas formas de precarização jamais vistas. Não há contrato de trabalho, formalização junto ao Estado com pagamento de impostos, delimitação do tempo e de descanso remunerado, nenhuma modalidade de proteção à saúde e segurança no trabalho, proteção securitária etc. A introdução da inteligência artificial está colonizando rapidamente todos os processos de trabalho. Se antes do UBER já era difícil organizar, pelo SUS, procedimentos da proteção à ST dos taxistas, pode-se imaginar as consequências para o trabalho ultra-precário de empresas transnacionais do comércio eletrônico. Em categorias, como no telemarketing, a comunicação se estabelece com robôs virtuais, até achar situações encaminhadas para os operadores. Nos bancos essa realidade já nos é conhecida, assim como a robotização das indústrias e do agronegócio. As transformações nos processos de trabalho são radicais, o que leva a consequências novas para os trabalhadores que continuam inseridos e a expansão do desemprego tecnológico se soma ao desemprego conjuntural de natureza econômica. O desemprego estrutural de natureza tecnológica é extremamente grave, pois se caracteriza por longa duração, decisiva para a exclusão social ou desfiliação das relações de solidariedade sindical e de convivência no trabalho.

Diante de fatos como estes, podemos questionar: Como enfrentar as novas modalidades *high-tech* de exploração e precarização do trabalho? Como proteger a ST nesse contexto? Como se apropriar de estratégias diversificadas para modalidades de trabalho tradicionais em conjunto com a diversidade de processos de trabalho? Como construir ST para o crescente número de trabalhadores desempregados? Como construir movimentos sindicais na esfera cibernética, que acessem e organizem esse info-proletariado?

**FIS** – E para os serviços de ST, quais as estratégias de atuação?

**Pena** – O desafio é entender o mundo do trabalho no Brasil e sua simultaneidade com a precarização estrutural do país, relativa às situações de miséria social e trabalho desqualificado. Com a precarização pós-fordista, resultante da reestruturação produtiva, associam-se à precarização as mutações tecnológicas em curso. Além da situação do mundo do trabalho, no âmbito da organização dos serviços, continua a perspectiva da Reforma Sanitária de incorporar completamente a ST no SUS. As estratégias exigem abordagens múltiplas de Visat junto ao movimento social e à organização da atenção à ST, a exemplo: (a) reaproximação com o movimento sindical (como nos anos 1980); (b) aproximação de novas formas de representações sociais - associações de trabalhadores autônomos, trabalhadores rurais, Movimento dos Sem Terra, associações de pescadores, feirantes etc., que compõem categorias tradicionalmente sem acesso aos serviços de saúde pública, inclusive da Renast; (c) qualificar profissionais que atuam na ST no SUS, promovendo cursos, intercâmbios para atender às grandes mudanças sociais e tecnológicas que atingem o mundo do trabalho e a saúde; (d) construir estratégias específicas para os trabalhadores não assalariados; (e) política salarial para os profissionais da Visat e a construção de planos de carreiras que estimulem o recrutamento de profissionais cada vez mais qualificados e que se mantenham por longo período no SUS; (f) aproximar-se de todos os setores da sociedade na defesa do SUS, enquanto um serviço nacional de saúde de natureza pública, universal e igualitária; (g) produzir conhecimento científico e técnico nas universidades e centros de pesquisas e transferir a FUNDACENTRO para o Ministério da Saúde para que adquira estatura semelhante à FIOCRUZ e EMBRAPA.

**FIS** – Como lidar com o trabalho informal na área de vigilância em ST?

**Pena** – Considero este o maior desafio para a ST no Brasil e no mundo. Segundo a OMS, em 2005 existiam cerca de 2,2 bilhões de trabalhadores no mundo sem qualquer acesso aos serviços de ST. No Brasil, a população alvo da ST no SUS compõe uma PEA de aproximadamente 102 milhões de pessoas, sendo 36 milhões os que possuem carteira assinada. Não podemos chamar o restante de trabalho informal, pois neste contingente estão trabalhadores autônomos formalizados, feirantes, trabalhadores de ruas, agrícolas, pescadores artesanais, assalariados irregulares, funcionários, com diversas modalidades de formalização do trabalho. Isto significa que a complexidade deste universo de trabalhadores não pode ser apropriado pela denominação de trabalho informal. Temos, por exemplo, quase um milhão de pescadores artesanais registrados e 12 milhões de pequenos agricultores familiares, todos com direito à Previdência Social, ao Seguro Acidente de Trabalho; todos, portanto, formalizados, mas que entram nas estatísticas como trabalhadores informais. Podemos listar importantes características desses trabalhadores na sua relação com a ST:

- São trabalhadores autônomos, 100% usuários do SUS (diferente dos trabalhadores industriais e de serviços que usam seguro saúde) e, por isso mesmo, são responsáveis pela autoproteção contra riscos ocupacionais e, teoricamente, pela realização de exames médicos preventivos periódicos (como não são admitidos e demitidos, o exame admissional e o demissional não se aplicam nesses trabalhadores);

*“Além da situação do mundo do trabalho, no âmbito da organização dos serviços, continua a perspectiva da Reforma Sanitária de incorporar completamente a ST no SUS.”*

- Grande parte vive em condições de pobreza, portanto não tem acesso aos serviços de ST como no setor assalariado, em que o empregador é responsável pela proteção contra os riscos, fornecimento de EPI e EPC e realização de exames médicos preventivos. Formam o gigantesco contingente de trabalhadores no mundo sem acesso à ST, citado acima pela OMS. São ainda excluídos do acesso às novas tecnologias, inclusive tecnologias das revoluções digitais, embora persistam recorrendo aos saberes tradicionais para garantir a sobrevivência.

- O SUS e os serviços da Renast, quando atuam junto a esse contingente de trabalhadores, o fazem de forma pontual, sem jamais assegurar assistência integral à ST (diagnóstico, tratamento, reabilitação) associada ao seguro acidentário da previdência social a que têm direito. Assim, não são emitidas CATs para acidentados e portadores de doenças do trabalho, com total invisibilidade epidemiológica para essas categorias e perdas inestimáveis à saúde. Veja o exemplo recente dos pescadores resgatados no mar no Ceará (24/12/2015). Ninguém referiu o fato como um grave acidente de trabalho e os pescadores não tiveram suas CATs emitidas e nem serão neles considerados os efeitos de estresse pós-traumático. Temos um dos maiores litorais do mundo e uma bacia hidrográfica imensa e não há um só Cerest no Brasil com ações voltadas para essa imensa categoria.

- Geralmente são trabalhadores com precário acesso ao ensino, com grande proporção de analfabetos funcionais, embora disponham de saberes seculares transmitidos de geração a geração que garantem o trabalho e a sobrevivência.

Há 12 anos, desenvolvemos pesquisas junto a pescadores e marisqueiras e observamos que, apesar das condições de trabalho inóspitas, não há ações no SUS para prevenir doenças e acidentes do trabalho.



Levantamos, apenas na pesca litorânea, cerca de 60 tipos de doenças do trabalho, incluindo o conjunto de LER, e para nenhuma delas há notificações de casos no SUS e no INSS. Proteção contra tétano e acidentes com animais marinhos peçonhentos, prevenção, diagnóstico e reabilitação para LER, doenças compressivas e descompressivas, câncer de pele e outras poderiam ser objeto de Visat. Contudo, esses trabalhadores não têm condições econômicas e culturais de mudarem processos de trabalho, adquirirem EPI e se submeterem aos exames de saúde sem o suporte do SUS. Como exemplo, em Pernambuco o programa “Chapéu de Couro” distribuiu a pescadores e marisqueiras protetor solar, chapéu de abas largas e camisas para o trabalho na pesca. No mercado não existe protetor solar genérico, nem nos serviços do SUS há repelentes genéricos, portanto, essas medidas de

proteção constam no universo das campanhas públicas voltadas para o lazer e não para o trabalho. Em síntese, lidar com o trabalho informal, requer políticas públicas do SUS voltadas para essas categorias com estratégias diferentes daquelas para o trabalho assalariado. Nesse caso são essenciais as ações da Visat no âmbito da educação popular e economia solidária, como propõe o prof. Carlos Minayo, possibilitando a apropriação de novos saberes técnicos junto aos saberes tradicionais, desenvolvendo métodos e técnicas de gestão cooperativada, com financiamentos apropriados para mudar processos de trabalho e eliminar ou controlar riscos, reduzindo a dependência ao atravessador e construindo novas perspectivas de sobrevivência. Essa ação da Visat é diferente das práticas junto ao assalariado, e isso implica na apropriação de novas estratégias, atores sociais e ampliação da intersetorialidade.

**FIS** – Sua atuação se pauta na relação da ST com o movimento social organizado e com os excluídos...

**Pená** – As grandes mudanças no mundo do trabalho com repercussões favoráveis à ST envolvem ações transformadoras na perspectiva de construção de uma sociedade justa para com os trabalhadores. Nesse sentido, não se pode construir ST sem a participação dos trabalhadores por meio das suas representações sindicais, associações, movimentos de luta etc. Temos no Brasil e em vários países a organização sindical com estrutura de assessorias em medicina do trabalho e ST. Elas têm contribuído muito com avanços na ST, associada à afirmação de direitos previdenciários. Todas as experiências positivas em relação à ST no país envolveram a participação dos trabalhadores. São exemplos, as ações da Visat, a luta contra benzeno, amianto, a organização da Renast etc. Em relação ao Estado, há dois modelos institucionais no âmbito da ST. No Ministério do Trabalho, adota-se o modelo da OIT, caracterizado pelo sistema tripartite. Neste, os avanços são difíceis em função das intervenções patronais centradas no interesse do lucro. No SUS, há o modelo mais avançado de Controle Social, em que diversas modalidades de organizações dos trabalhadores participam. Nesse caso, para além da tradicional participação das organizações sindicais, observamos avanços com as organizações de trabalhadores do campo, das florestas e das águas. Estas categorias como vimos e insisto nessa questão, utilizam 100% do SUS, são autônomas, não usam convênios privados nem têm acesso aos serviços de exames periódicos patronais. Assim, ao se apropriarem do campo da ST como um direito, fortalecem a própria luta maior da defesa do SUS.

## “Trabalho Infantil”: combater o trabalho ou a exploração?

*Valdinei Santos de Aguiar Jr.*

artigo do mês

É difícil precisar desde quando as crianças participam ativamente, com o seu trabalho, da organização econômica das sociedades. Da mesma forma, é difícil compreender as formas e funções que o trabalho de crianças teve durante as diferentes épocas e culturas. Entretanto, podemos com mais facilidade analisar a história da proibição jurídica do trabalho infantil e a busca pela sua erradicação no mundo visto que, enquanto o trabalho de crianças é um fenômeno de raízes históricas muito antigas, a criação da categoria “trabalho infantil” enquanto um grave problema social a ser enfrentado é algo relativamente recente. Analisando a história da proibição, verificamos que essa categorização do trabalho infantil enquanto questão a ser enfrentada é problemática e, por isso, ela requer uma análise crítica. Um dos motivos é o que denominamos *inversão de responsabilidades*. Parte da constatação de que com o passar do tempo, num período de pelo menos 200 anos, houve uma importante inversão na forma como se tratou a questão: primeiramente, as leis tratavam de impor limites à exploração da força de trabalho de crianças; porém, posteriormente, as leis deixaram de enunciar o emprego de crianças (em outras palavras, a exploração) como o ato a ser enfrentado e passaram a enunciar o trabalho (infantil), como o problema a ser combatido. Sem aprofundar os motivos que causaram a *inversão de responsabilidades* nos documentos legais que abordam a questão, refletir sobre suas consequências pode nos ser útil para pensar como vem se (des)configurando a categoria trabalho nas últimas décadas no mundo. Quando se deixa de lutar contra a exploração do trabalho de crianças (emprego) e passa-se a combater o “trabalho infantil”, o que se produz - primeiramente no nível da linguagem e posteriormente nas subjetividades - é uma representação de que o trabalho é o problema, o ato ilícito, o fator prejudicial; não mais a exploração deste trabalho e as precariedades de suas condições que estarão no foco do enfrentamento. Assim, de forma sutil, porém eficaz, a par do intuito de proteção da infância que existe e é necessário, o trabalho vem sendo demarcado como algo negativo.

Valdinei Santos de Aguiar Jr. é psicólogo e em sua tese de doutorado faz uma abordagem epistemológica da relação entre infância, saúde, trabalho e direito.

Evidentemente que isto não invalida os avanços conquistados e que precisam prosseguir no combate à exploração de crianças e adolescentes. Inclusive, pelas imensas dificuldades na consolidação do objetivo de sua erradicação, evidenciando que todos os que atuam na garantia de direitos infanto-juvenis e na saúde do trabalhador devem estar atentos. Contudo, não basta considerar que o “trabalho infantil” seja somente um ‘ponto fora da curva’, fenômeno social indesejável alheio às diversas circunstâncias que lhe sustentam, sem ter em mente que ele foi e é um aspecto da organização social do mundo do trabalho que, com o modo de produção industrial capitalista, ganhou formas e proporções prejudiciais a todos os trabalhadores. É importante estarmos conscientes de que o “trabalho infantil” é um fenômeno que demonstra pelo menos dois graves problemas: por um lado evidencia o quanto a infância no mundo ainda é a categoria na estrutura social mais sujeita aos efeitos da desigualdade, da miséria e da exploração; por outro, mostra o quanto a organização social do trabalho, sobretudo no que tange ao direito à saúde no trabalho, ainda está longe de alcançar padrões esperados de humanidade e justiça. É inegável que avanços foram conquistados no que tange à proteção da infância e na melhoria das condições de trabalho. Também, a proibição do trabalho infantil melhora as condições de vida e saúde para crianças e adolescentes. Mas é necessário grifar que a questão não deve ser como combater o trabalho das crianças, e sim como combater a exploração e as condições que a mantêm. Por exemplo, nas campanhas contra o “trabalho infantil” sempre é retratado algum tipo de trabalho de crianças pobres. Associando o trabalho à pobreza, é dito, então, que a sociedade deve combater o trabalho infantil. Mas, se de fato quisermos acabar com a exploração do trabalho infantil, não devemos combater o trabalho das crianças pobres e, sim, combater a pobreza das crianças que trabalham.

**O método para a erradicação do “trabalho infantil”, reconhecido nas políticas e documentos legais, não pode ser somente impedir e adiar a entrada de crianças em um mundo do trabalho extremamente degradante, mas nele operar transformações para que seja, então, mais saudável e digno para toda a classe trabalhadora.**



## Saúde do Trabalhador na Universidade – produzindo conhecimento e assédio moral –

**Maria Cristina Martins de Jesus**  
**Simone Menezes Damasceno**  
**Luana Peçanha Saldanha**

Sintuperj  
Sindicato dos Trabalhadores  
das Universidades Públicas Estaduais  
do Rio de Janeiro

### PERFIL

**Cristina** está há 23 anos no Sintuperj. “O Sindicato surgiu de duas associações: a dos servidores do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e a dos servidores da UERJ. A junção objetivava uma maior representatividade da categoria, porque a UERJ e o HUPE têm uma visibilidade estadual muito grande. Como ambas são instituições formadoras de opinião havia um desejo dos servidores das associações de ter um sindicato forte”. O sindicato engloba todos os trabalhadores: efetivos (técnicos e docentes), contratados, terceirizados... Além disso, o Sintuperj diz respeito a todas as universidades estaduais do Rio de Janeiro.

**Simone** está há 20 anos no Sintuperj. “Pelo fato de eu trabalhar no serviço de saúde e segurança do trabalhador, minha militância no sindicato dentro desta área foi natural. ...eu destaco que o adoecimento psíquico dentro da universidade está aumentando muito, e, apesar de na UERJ haver um programa específico para acolher o trabalhador em condição de sofrimento psíquico, este programa não está conseguindo absorver a alta demanda existente.”

**Luana** que está há pouco menos de um ano no sindicato reitera a questão. “Uma luta muito importante enfrentada pelo Sintuperj é o combate ao assédio moral. A própria característica da universidade, local onde co-existem diferentes categorias (técnicos e docentes, por exemplo), gera distorções e incompreensões que permitem o surgimento dessas situações. O número de casos em que técnicos administrativos da universidade sofrem assédio moral é muito grande.”

**Cristina** observa que o principal objetivo, no momento, é perceber a assistência à saúde do servidor dentro da universidade. “Há uma situação precária em relação à segurança e ao acompanhamento de saúde. Embora as doenças ocupacionais lá sejam objeto de pesquisa, os trabalhadores estão sempre adoecidos.”

**Simone** acrescenta uma preocupação. “Para piorar

a situação, devido às incertezas políticas e cortes de recursos que estão ocorrendo na universidade, este programa corre o risco de ser encerrado. Se isso se confirmar, teremos 300 servidores que deixarão de ser acompanhados. Esta insegurança amplia o sofrimento psíquico já presente nestes trabalhadores.”

**Luana** menciona que existe um descumprimento legal do plano de cargos (Lei 6701/2014) que “prevê o direito aos servidores de serem atendidos no HUPE. No entanto, não conseguimos este acesso, pelo fato de o HUPE estar submetido ao sistema de regulação de vagas do SUS.”

São muitas as frentes de luta de **Cristina**, **Simone** e **Luana** no Sintuperj. Participantes ativas e engajadas do Fórum Intersindical elas vêm contribuindo com os debates sobre o problema que hoje é cada vez mais evidente na saúde do trabalhador: o sofrimento psíquico. O sindicato vinculado à universidade pública é um lócus privilegiado de observação e análise, de modo a se extrair novas estratégias de luta. Entender porque no local onde se produz conhecimento sobre saúde os trabalhadores adoecem tanto é um desafio que elas e seus companheiros do Sintuperj vêm enfrentando. A relação do sindicato com a associação dos docentes e com o diretório dos estudantes é uma iniciativa que busca otimizar essa luta. Em relação ao Fórum Intersindical, uma de suas frases sintetiza o pensamento sintonizado dessas três mulheres que lutam por sua categoria:

**“A academia sempre pareceu ser elitizada, e assim as reflexões não eram externadas. Então, a importância deste Fórum é de tornar possível que se externe as coisas que acontecem na academia, tornar palpável e acessível à classe trabalhadora o conhecimento de seus direitos e orientar a respeito dos caminhos para que se faça cumprir estes direitos.”**

## INFORMES

A próxima reunião do Fórum Intersindical de Formação em Saúde - Trabalho - Direito (FIS) será no dia **26/02/2016**, de 09 às 13:00h no DIHS/ENSP - Prédio da Expansão da FIOCRUZ, localizado na Av. Brasil, nº 4036, sala 905, Manguinhos - Rio de Janeiro.

O Fórum é uma iniciativa conjunta de várias instituições acadêmicas, sindicatos de trabalhadores e dos Cerest (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), aberto à participação de todos os interessados nas temáticas abordadas e na luta pela saúde do trabalhador.

Nesta reunião teremos a oficina temática **“INFÂNCIA e TRABALHO – Desafios e Controvérsias”**, conduzida por **Valdinei Aguiar Jr.** e aberta a todos os interessados.

### Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho (GT) do Fórum continuam abertos para inscrições e adesões. Os eixos temáticos são: LER/DORT; Saúde Mental e Assédio Moral; Acordo e Negociação Coletiva; e Mulher e Trabalho.

Para saber como participar do GT **Mulher e Trabalho** entre em contato com Luciene: [aguiar.luciene@gmail.com](mailto:aguiar.luciene@gmail.com)

Sobre o GT **Saúde Mental e Assédio Moral** entre em contato com Jacqueline: [jacquelinecaldas@gmail.com](mailto:jacquelinecaldas@gmail.com)

Sobre o GT **LER/DORT** entre em contato com Renato: [bonfatti.renato@gmail.com](mailto:bonfatti.renato@gmail.com)

Sobre o GT **Acordo e Negociação Coletiva** entre em contato com Fadel: [elfadel@globob.com](mailto:elfadel@globob.com)

Os GT visam a preparação de debates, seminários, oficinas, reuniões técnicas, cursos de capacitação, ações de vigilância, solicitação de audiências públicas e de inquéritos civis e outras demandas identificadas pelo grupo e aprovadas em reunião ordinária do Fórum.

#### Coordenação:

Ana Paula Bragança (mestranda ENSP/FIOCRUZ)  
 Jacqueline Wilhem Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)  
 Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)  
 Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)  
 Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

## O Fórum pelo Brasil

Com o apoio do Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito / RJ de formação para a ação em saúde do trabalhador, está prevista a instalação do Fórum Intersindical da Paraíba para 28 de abril de 2016 – Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho – em João Pessoa. Informações e adesões com Carmen Verônica: [almeidacvb@gmail.com](mailto:almeidacvb@gmail.com)

Em São Luís do Maranhão, o Cerest estadual, junto com a CIST, inicia uma série de Oficinas Temáticas, visando a instalação do Fórum Intersindical. Informações e adesões com Adelanny: [lanny\\_cf@hotmail.com](mailto:lanny_cf@hotmail.com)



Fórum Intersindical – Reunião de 29-01-2016  
 Foto: CAMILA PALMARES – Sinttel-Rio



Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador  
 Av. Brasil, 4036 sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361  
 Rio de Janeiro – RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223  
[forumintersindical@gmail.com](mailto:forumintersindical@gmail.com)